

PROJETO DE LEI MUNICIPAL Nº. 175, DE 09 DE DEZEMBRO DE 2011.

“Autoriza o Poder Executivo Municipal a conceder incentivos fiscais e econômicos, à empresa Dimed S/A – Distribuidora de Medicamentos, nos termos da lei municipal nº. 1.985, de 25 de janeiro de 2005, e dá outras providências”.

ERNANI DE FREITAS GONÇALVES, Prefeito Municipal de Eldorado do Sul, Estado do Rio Grande do Sul.

FAÇO SABER, que a Câmara Municipal aprovou e eu, no uso das atribuições legais que me confere a Lei Orgânica do Município, sanciono e promulgo a seguinte:

LEI

Art. 1º . Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a conceder incentivos fiscais e econômicos, nos termos da Lei Municipal nº. 1.985, de 25 de janeiro de 2.005, à empresa Dimed S/A – Distribuidora de Medicamentos, CNPJ nº. 92.665.611/0001-77, destinado a instalação da empresa e eventuais subsidiárias ou sucessoras no Município.

Parágrafo único. Os incentivos fiscais e econômicos deferidos nesta lei são os seguintes:

I- Isenção de IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano) pelo período de 01(um) ano e até o montante de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais). Excetua-se nesta isenção a taxa de coleta de lixo;

II- Isenção de taxas e emolumentos incidentes sobre a construção das instalações da sede da empresa, pelo período de 01 (um) ano, no montante de até R\$ 29.000,00 (vinte e nove mil reais) sendo, R\$ 28.000,00 (vinte e oito mil reais) referente a taxa de serviços e R\$ 1.000,00 (um mil reais) referente a taxas de poder de polícia. Excetua-se desta isenção as retenções na execução da obra na ocasião da substituição tributária;

III – Isenção de taxas de serviços no montante de até R\$ 28.000,00 (vinte e oito mil reais);

IV – 300 (trezentas) horas/máquina, no montante de R\$ 47.172,50 (quarenta e sete mil, cento e setenta e dois reais e cinquenta centavos) sendo: 100 (cem) horas de retroescavadeira; 50 (cinquenta) horas de pá carregadeira; 100 (cem) horas de escavadeira PC e 50 (cinquenta) horas de trator esteira.

V- Doação de área pública na zona urbana do Município, com metragem de 50.000 m², destinado à construção das instalações da empresa beneficiária.

Art. 2º. A área a ser doada à empresa Dimed S/A – Distribuidora de Medicamentos, encontra-se na zona urbana do Município, no lugar denominado Flor do Conde, inserida em um todo maior objeto da matrícula nº. 26.555, do Registro de Imóveis de Guaíba, no Livro nº. 02, do Registro Geral.

§ 1º. A fração de área de 50.000m² que será doada à empresa beneficiária possui as seguintes medidas e confrontações:

“ Frente, ao Leste, mede 154,81m (*cento e cinqüenta e quatro metros e oitenta e um centímetros*), no alinhamento da Av. industrial Belgraff, construída sobre a faixa de domínio da Rodovia Federal BR-116/290; Fundos, ao Oeste, mede 138,50m (*cento e trinta e oito metros e cinqüenta centímetros*), no alinhamento da faixa de domínio da Rede de Alta Tensão; Lado Direito, ao Sul, mede 329,77m (*trezentos e vinte e nove metros e setenta e sete centímetros*) na divisa com área remanescente da matrícula; Lado Esquerdo, ao Norte, mede 392,97m (*trezentos e noventa e dois metros e noventa e sete centímetros*), no alinhamento de uma rua projetada em propriedade do município, que foi da sucessão de Ely Pedro Heller.”.

§ 2º. A área descrita no parágrafo anterior foi devidamente avaliada pela Comissão Permanente de Avaliação de Áreas do Município em R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais), na data de 05 de novembro de 2011, tendo sido atualizada, aos dias de hoje, pelo IPCA (IBGE), índice oficial adotado pelo Município, estabelecido através da Lei Municipal nº. 2.825/08, chegando ao montante de R\$ 5.026.000,00 (cinco milhões e vinte e seis mil reais).

Art. 3º. A doação sobre a área descrita no artigo anterior, será formalizada atendendo aos critérios e exigências desta Lei e da Lei Municipal nº. 1.985/05, em especial aquelas contidas no artigo 4º, no que se refere à comprovação de regularidade da empresa beneficiária perante a Fazenda Pública Municipal, Estadual e Federal, o INSS – Instituto Nacional do Seguro Social, e o FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço.

Art. 4º. À área descrita no art. 2º. desta Lei, é vedado dar utilização diversa da prevista na cabeça do art. 1º. do presente diploma legal, assim como transferir, a qualquer título, abandonar ou desativar a unidade instalada no Município, antes de transcorrido tempo igual ao de gozo do benefício, contado a partir do encerramento do mesmo.

Parágrafo único. Ocorrendo a previsão constante na cabeça deste artigo, o Município está autorizado a aplicar pena de multa correspondente ao valor dos tributos já concedidos e desfazimento da doação do bem imóvel, sem direito a indenização,

à empresa beneficiária, por parte do Município, sobre as benfeitorias realizadas no local que não possam ser retiradas e/ou restituídas.

Art. 5º. A empresa beneficiária terá o período de 24 (vinte e quatro) meses, a contar da assinatura do Termo de Concessão de Incentivos, para dar início às suas atividades comerciais no Município.

Parágrafo único. Em ocorrendo situações fortuitas ou de força maior, poderá a empresa beneficiária, através de requerimento fundamentado, solicitar a prorrogação do prazo descrito na cabeça deste artigo, uma única vez, por 12 (doze) meses, sendo condicionado esta concessão a análise pela Secretaria da Fazenda e Procuradoria Jurídica, com a concordância do Prefeito Municipal que estiver em exercício.

Art. 6º. No caso de a empresa beneficiária não iniciar suas atividades comerciais no prazo estabelecido no artigo anterior e não requerer a prorrogação contida no parágrafo único do mesmo artigo, deverá o Município operar a previsão estabelecida no artigo 562 do Código Civil Brasileiro, bem como no parágrafo único, do art. 59, da Lei Orgânica Municipal, revogando a doação por inexecução do encargo, não ensejando à empresa beneficiária qualquer direito sobre as benfeitorias realizadas no local que não possam ser retiradas e/ou restituídas.

Art. 7º. A continuidade dos benefícios fiscais e econômicos de que trata o parágrafo único, do artigo 1º., desta Lei, fica condicionada à comprovação das seguintes previsões:

I- Do retorno do Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS, que deverá ser verificado a partir do início das atividades comerciais da empresa no Município.

II- Do início das atividades comerciais da empresa nos prazos estabelecidos no artigo 5º. desta Lei;

III- Da utilização da área doada para fins exclusivos de instalação e funcionamento da empresa e eventuais subsidiárias ou sucessoras.

Parágrafo único. A verificação de retorno do ICMS de que trata o inciso I deste artigo, deverá ocorrer através da análise das GIAS – Guia Informativa Anual Modelo B, emitidas pela Secretaria Estadual da Fazenda, ou da DASN – Declaração Anual do Simples Nacional, emitidas pela Secretaria Nacional da Receita Federal, conforme o enquadramento fiscal da empresa, ficando sob responsabilidade da Secretaria da Fazenda Municipal proceder esta verificação e análise, até os seis meses anteriores ao término dos primeiros 05(cinco) anos do início das atividades comerciais da empresa no Município.

Art. 8º. Ao fim dos 5 (cinco) anos, contados do início das atividades comerciais da empresa no Município, verificado que não houve o retorno por parte da empresa beneficiária, do montante do valor total dos incentivos concedidos pelo Município, deverá esta recolher aos cofres públicos municipais o valor correspondente aos benefícios obtidos, devidamente atualizados pelo IPCA(IBGE), índice oficial adotado pelo Município, estabelecido através da Lei Municipal nº. 2.825/08, ou o índice oficial que vier a substituí-lo.

Art. 9º. Como contra-partida aos incentivos fiscais e econômicos concedidos pelo Município, a empresa Dimed S/A – Distribuidora de Medicamentos se obriga a:

I- Contratar, até o fim do primeiro ano de início das suas atividades comerciais no Município, e manter, durante o período em que gozar dos benefícios fiscais e econômicos, 270 (duzentos e setenta) postos de trabalho diretos e 25 (vinte e cinco) indiretos para moradores do Município de Eldorado do Sul, através do Balcão de Empregos local.

II – A transferir o licenciamento dos veículos de propriedade da empresa beneficiária para o Município, no prazo de até 90 (noventa) dias, contados do início das suas atividades no Município, bem como os demais veículos que venha a adquirir em nome da empresa.

Art. 10. O descumprimento das obrigações previstas nesta Lei ensejará a perda dos incentivos deferidos no parágrafo único do art. 1º, a partir do momento em que se concretizou o descumprimento, devendo a empresa beneficiária recolher aos cofres públicos municipais o valor correspondente aos benefícios obtidos, devidamente atualizados pelo IPCA(IBGE), índice oficial adotado pelo Município, estabelecido através da Lei Municipal nº. 2.825/08, ou o índice oficial que vier a substituí-lo.

Parágrafo único. Os valores de que trata a cabeça deste artigo serão computados desde a data da concessão, até o retorno aos cofres públicos, podendo ser parcelado, de acordo com a legislação municipal vigente à época.

Art. 11. Comprovada a má fé na utilização dos incentivos concedidos nesta Lei, o Poder Público exigirá a imediata reposição do montante concedido a título de incentivo fiscal, acrescido de multa de 10% (dez por cento), incidente sobre o total, sem prejuízo de outras penalidades legais cabíveis, bem como procederá a imediata revogação da doação sobre a área descrita no art. 2º da presente Lei, não ensejando à empresa beneficiária qualquer direito sobre as benfeitorias realizadas no local que não possam ser retiradas e/ou restituídas.

Art. 12. Em caso de alteração no ato constitutivo da empresa beneficiária, desde que verse exclusivamente sobre alteração de sua denominação social, não será necessária alteração na legislação que concede os incentivos econômicos à empresa Dimed S/A – Distribuidora de Medicamentos.

Parágrafo único. Cabe à empresa beneficiária fornecer ao Município cópia autenticada das alterações que venham a ocorrer em seu ato constitutivo, devidamente registradas na Junta Comercial do Estado do Rio Grande do Sul, devendo ser elaborado termo aditivo ao Termo de Concessão de Incentivos Fiscais e Econômicos para fazer constar essas alterações.

Art. 13. A empresa beneficiária, para manutenção dos incentivos previstos nesta lei, deverá manter a regularidade fiscal, econômica e cadastral, em perfeitas condições, devendo apresentar as certidões e documentos contábeis que forem requisitados, cabendo a análise destes à Secretaria da Fazenda e à Procuradoria Jurídica do Município.

Art. 14. Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

Eldorado do Sul, 09 de dezembro de 2011.

ERNANI DE FREITAS GONÇALVES.
Prefeito Municipal.

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

SIGRID PESENATTO.
Secretária da Administração.

Publicada em ____/____/____

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS.

Estamos encaminhando a essa Egrégia Câmara, o Projeto de Lei Municipal nº. 175, de 09 de dezembro de 2011, que *“Autoriza o Poder Executivo Municipal a conceder incentivos fiscais e econômicos, à empresa Dimed S/A – Distribuidora de Medicamentos, nos termos da lei municipal nº. 1.985, de 25 de janeiro de 2005, e dá outras providências”*.

O presente projeto de lei visa buscar autorização legislativa para conceder incentivos fiscais e econômicos a empresa privada, nos moldes da lei municipal nº. 1.985, de 25 de janeiro de 2005, visando trazer incremento de receitas, empregos e, conseqüentemente, melhoria na qualidade de vida dos cidadãos do Município.

A empresa beneficiária demonstrou regularidade perante os fiscos municipal, estadual e federal, bem como frente ao INSS e Fundo de Garantia, mostrando-se idônea e confiável, atendendo o que determina a lei municipal nº. 1.985, de 25 de janeiro de 2.005, devidamente demonstrado através do Processo Administrativo nº. 88.835.

Visando atender o que determina o artigo 1º da Lei Municipal 1.985, de 2005, a empresa beneficiária apresentou o respectivo projeto para a análise da concessão de benefícios fiscais e econômicos, onde constaram: propósito da empresa, estudo de viabilidade econômico-financeira da instalação da empresa, previsão de geração e incremento na arrecadação de impostos municipais, cronograma de implantação e execução do empreendimento, geração de empregos, mercado consumidor, assim como, faturamento anual e projetado.

Quanto a doação sobre a área descrita neste Projeto de Lei, área esta pertencente ao Município, é forma de incentivo econômico previsto na legislação municipal acima citada e se justifica pelo retorno que a empresa beneficiária Dimed S/A – Distribuidora de Medicamentos, trará ao Município, demonstrado através da análise de incentivos realizada pela Secretaria da Fazenda do Município.

Conforme dados econômicos e sociais apresentados pela empresa, existe a expectativa de geração de cerca de 270 (duzentos e setenta) novos postos de trabalho diretos e 25 (vinte e cinco) indiretos, já no primeiro ano de funcionamento desta no Município.

Não bastasse este aumento nos postos de trabalho pretendidos pela empresa beneficiária, é preciso ser considerado o montante a ser arrecadado com o retorno do ICMS (Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) ao Município, reflexo das atividades desenvolvidas pela empresa.

Cabe ressaltar, que após a análise dos valores projetados de vendas descontadas as compras igual ao valor adicionado, verificou-se uma média de retorno de ICMS ao Município, de aproximadamente, R\$ 1.217.591,63 (um milhão, duzentos e dezessete mil, quinhentos e noventa e um reais e sessenta e três centavos) anuais, que projetados por um período de 05 anos poderão chegar a, aproximadamente, 6.087.958,15 (seis milhões, oitenta e sete mil, novecentos e cinquenta e oito reais e quinze centavos).

O impacto estimado no índice de retorno do ICMS será de, aproximadamente, 8,22% ao ano, adicionando um valor de 0,048648% no índice a ser apurado, após o segundo ano de operação.

Nota-se uma retomada do crescimento, devido as ações implementadas nesta gestão administrativa. É mister continuarmos perseguindo o aumento da receita municipal,

tendo em vista a necessidade de investimentos em todas as áreas da administração pública, visando o progresso e crescimento do Município de Eldorado do Sul.

A instalação de novas empresas no Município, através de projetos como este, tem proporcionado o incremento, de forma significativa, das receitas municipais, como taxas, impostos diretos e repasses estaduais e federais, impulsionando o desenvolvimento econômico, aumentando os postos de trabalho e proporcionando recursos para investimentos na melhoria da infra-estrutura local, gerando melhoria na qualidade de vida dos munícipes.

Neste contexto, uma vez que os incentivos propostos estão previstos na lei municipal nº. 1.985/05, e não há infringência ao disposto na Lei de Responsabilidade Fiscal, sobretudo em seu artigo 14, entendemos ser este projeto de lei meio adequado, legal e eficiente, destinado a atrair novas empresas ao Município, com o conseqüente aumento de arrecadação.

Contando com a costumeira apreciação dos Nobres Edis, encaminhados o presente projeto de lei para análise a aprovação.

Atenciosamente.

ERNANI DE FREITAS GONÇALVES.
Prefeito Municipal.